

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade****TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

**PROCESSO Nº:** 22.991/19**JURISDICIONADAS:** Regiões Administrativas do Distrito Federal – RA I a XXXIII**ASSUNTO:** Auditoria de Regularidade

**EMENTA:** **Auditoria de Regularidade** realizada nas Administrações Regionais do Distrito Federal – Ras, em cumprimento à Decisão nº 1.226/18, com a finalidade de verificar a legalidade e a regularidade dos procedimentos levados a efeito nos processos de nomeação para os cargos comissionados ou de designação para as funções de confiança dos servidores nelas lotados, além de outras demandas pendentes de averiguação afetas a esses órgãos. **Decisão nº 3.016/21 (última dos autos):** cumprimento parcial das diligências determinadas na Decisão nº 140/21, reiteração de diligências não atendidas e novas diligências determinadas. **Nesta fase:** análise de cumprimento de diligência. **Unidade Técnica** sugere ao Tribunal que tome conhecimento dos documentos enviados pelas RAs, considere cumpridas as diligências determinadas, levante o sobrestamento ordenado na Decisão nº 3.016/21 e autorize o arquivamento dos autos. **Voto convergente com pequenos ajustes.**

**RELATÓRIO**

Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade realizada nas Administrações Regionais do Distrito Federal – Ras, em cumprimento à Decisão nº 1.226/18, com a finalidade de verificar a legalidade e a regularidade dos procedimentos levados a efeito nos processos de nomeação para os cargos comissionados ou de designação para as funções de confiança dos servidores nelas lotados, além de outras demandas pendentes de averiguação afetas a esses órgãos.

Na última assentada, o Tribunal, por meio da Decisão nº 3.016/21 (peça 256), deliberou por:

*“I – tomar conhecimento da instrução (peças 253 e 254), bem como das peças 222/252, em especial dos Ofícios nºs 10/2021-RA-GAMA/COAG/GEPES (eDOC 8C1246CD), 39/2021-RA-PAR/GAB/ASTEC (e-DOC DE13742F), 156/2021-RACRUZ/GAB (e-DOC C913B175), 234/2021-RA-CAN/GAB (e-DOC DA089B23) e 187/2021-RA-AC/GAB/ASTEC (e-DOC CB84E4A7); II – ter por cumpridas as diligências determinadas nos itens II, IV, VI e VIII a XI da Decisão nº 140/21 às Administrações Regionais do Gama, Paranoá, Cruzeiro, Candangolândia, Águas Claras, Park Way e Vicente Pires, respectivamente; III – reiterar às Administrações Regionais de Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Recanto das Emas, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, os itens III, V e VII da Decisão nº 140/21, a seguir reproduzidos, alertando seus titulares de que o não cumprimento tempestivo das deliberações desta Corte ensejará ao responsável a aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da LC 1/94: a) determinar à Administração Regional de Taguatinga – RA III que, em relação ao servidor Alailson Vaz Andrade, nomeado para o cargo de Chefe do Núcleo de Informática, faça constar da pasta funcional do*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade****TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

servidor a documentação que comprove a experiência exigida na área, conforme previsto no Anexo II do Decreto nº 38.094/17, alterado pelo Decreto nº 39.467/18; b) determinar à Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII que: b.1) em relação ao servidor Genivaldo José Dias, nomeado para o cargo de Chefe da Assessoria de Planejamento, faça constar a documentação que comprove a experiência exigida na área, conforme previsto no Anexo II do Decreto nº 38.094/17, alterado pelo Decreto nº 39.467/18; b.2) em relação ao servidor Marcos de Oliveira Braga, nomeado para o cargo de Assessor Técnico da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, adote as providências que entender pertinentes, tendo em conta o trânsito em julgado do Processo nº 20130111230059/ TJDF; c) determinar à Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV que: c.1) em relação à servidora Antônia Araújo da Silva, nomeada para o cargo de Chefe da Assessoria de Planejamento, faça constar da pasta funcional a Declaração sobre a Súmula Vinculante nº 13 do STF (vedação ao nepotismo), bem como a Declaração de Inexistência de Causa de Inelegibilidade e Impedimento devidamente assinadas; c.2) em relação à servidora Iraneide Alves Beserra, nomeada para o cargo de Coordenador da Coordenação de Administração Geral, faça constar a documentação que comprove a experiência exigida na área, conforme previsto no Anexo II do Decreto nº 38.094/17, alterado pelo Decreto nº 39.467/18; IV – determinar à Administração Regional do Sudoeste/Octogonal – RA XXII que, em relação à servidora Josiane Maria Coelho de Freitas, nomeada para o cargo de Coordenadora da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, acompanhe o trâmite da Ação de Improbidade Administrativa nº 0712307-89.2018.8.07.0018/TJDF, adotando as medidas cabíveis quando de seu desfecho, o que será objeto de verificação em futura fiscalização; V – determinar à Administração Regional da Fercal – RA XXXI que, em relação ao servidor Osvaldo Remigio Pontalti Filho, atual Coordenador da Coordenação Executiva, acompanhe o trâmite da Ação Civil de Improbidade nº 0700246-65.2019.8.07.0018, em andamento no e. TJDF, adotando as providências legais cabíveis quando de seu desfecho, o que será objeto de verificação em futura auditoria; VI – manter o sobrestamento da análise da situação dos servidores Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga e Claudeci Ferreira Martins até o deslinde definitivo do Processo nº 10.622/12; VII – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCDF – Sefipe, para as providências pertinentes.”

Ao analisar o cumprimento das diligências determinadas na citada decisão, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe apresenta as considerações que se seguem (peças 298 e 299):

**“Do Item III da Decisão nº 3016/2021**

3. O item III da Decisão nº 3016/2021 reiterou às Administrações Regionais de Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Recanto das Emas os itens III, V e VII da Decisão nº 140/21, conforme mencionado a seguir.

4. O item III da Decisão nº 140/2021 determinou à Administração Regional de Taguatinga – RA III que, “em relação ao servidor Alailson Vaz Andrade, nomeado para o cargo de Chefe do Núcleo de Informática, faça constar da pasta funcional do servidor a documentação que comprove a experiência exigida na área, conforme previsto no Anexo II do Decreto nº 38.094/17, alterado pelo Decreto nº 39.467/18”.

5. Por meio do Ofício Nº 1281/2021 – RA-TAG/GAB (e-DOC A59693CA), o Gabinete da Administração Regional de Taguatinga – RA III informa ter encaminhado à Corte do Despacho – RA-TAG/COAG/GEPE (e-DOC C1BA823E) da Gerência de Pessoas da RA III, informando as medidas adotadas para o cumprimento do item III da Decisão nº 140/2021.

6. Em remissão ao citado despacho da GEPE, destaca-se o seguinte: “informamos que os comprovantes solicitados da Decisão se encontram arquivados na Pasta Funcional do Servidor no ato de sua Posse e Exercício e que comprovantes complementares solicitados pelos Auditores foram acrescentados na Pasta Funcional”. Informa, ainda, que “o Servidor, ao ser questionado e solicitado os comprovantes, providenciou imediatamente comprovantes de experiência em outros órgãos, cumprindo assim, as determinações”.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

7. Ante tais esclarecimentos, pode-se considerar cumprido o item III-a, da Decisão nº 3016/2021.

8. O item V da Decisão nº 140/2021 determinou à Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII que: “a) em relação ao servidor Genivaldo José Dias, nomeado para o cargo de Chefe da Assessoria de Planejamento, faça constar a documentação que comprove a experiência exigida na área, conforme previsto no Anexo II do Decreto nº 38.094/17, alterado pelo Decreto nº 39.467/18”; e “b) em relação ao servidor Marcos de Oliveira Braga, nomeado para o cargo de Assessor Técnico da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, adote as providências que entender pertinentes, tendo em conta o trânsito em julgado do Processo nº 20130111230059/TJDFT”.

9. Não houve manifestação da jurisdicionada a respeito desses itens.

10. Quanto ao item V-a da Decisão nº 140/2021, reiterado na Decisão nº 3016/2021, cabe informar que o servidor Genivaldo José Dias foi desligado do cargo de Chefe da Assessoria de Planejamento da RA – VIII, em 12/11/2020, descabendo, neste caso, futura verificação de seus assentamentos na Administração Pública Distrital.

11. No que tange ao item V-b, cabe mencionar que em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, Processo 2013.11.1.001665-9, da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal do Núcleo Bandeirante, identificou-se o Ofício nº 629/2016, de 01 de abril de 2016, do qual transcreve-se o seguinte: “Comunico a Vossa Senhoria que nos autos do Termo Circunstanciado acima identificado foi extinta a punibilidade em relação a MARCOS OLIVEIRA BRAGA, Brasileiro, Solteiro, CPF Nº 893235301-82, CI Nº 1366593-SSP DF, DESEMPREGADO, natural de Brasília/DF, nascido em 21/09/1975 filho de JOANA OLIVEIRA BRAGA e de JOÃO GONÇALVES BRAGA, nos termos do art. 30 da Lei 11.343/2006 c/c art. 107, V do Código Penal, bem como determinado o arquivamento do feito com fulcro no art. 395, II do Código de Processo Penal, quanto ao crime previsto no art. 28 da Lei 11.343/2006, nos termos da sentença proferida em 09/12/2025, transitada em julgado”.

12. Isso posto, pode-se considerar regular a nomeação do servidor Marcos de Oliveira Braga, para ocupar o cargo de Assessor Técnico da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção da RA VIII, pelos motivos acima aduzidos.

13. O item VII da Decisão nº 140/2021 determinou à Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV que: “a) em relação à servidora Antônio Araújo da Silva, nomeada para o cargo de Chefe da Assessoria de Planejamento, faça constar da pasta funcional a Declaração sobre a Súmula Vinculante nº 13 do STF (vedação ao nepotismo), bem como a Declaração de Inexistência de Causa de Inelegibilidade e Impedimento devidamente assinadas; e b) em relação à servidora Iraneide Alves Beserra, nomeada para o cargo de Coordenador da Coordenação de Administração Geral, faça constar a documentação que comprove a experiência exigida na área, conforme previsto no Anexo II do Decreto nº 38.094/17, alterado pelo Decreto nº 39.467/18”.

14. A Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV, mediante o Ofício Nº 1461/2021 – RA-REC/GAB (e-DOC 843ABB93 1 ), encaminhou em anexo as Declarações sobre a Súmula Vinculante nº 13 do STF, da servidora Antônio Araújo da Silva, bem como acerca da Inexistência de Causa de Inelegibilidade e Impedimento; além disso, apresentou a documentação que comprova a experiência exigida na área da servidora Iraneide Alves Beserra, nomeada para o cargo de Coordenador da Coordenação de Administração Geral, bem como juntando à fl. 9 da peça 297 ato de exoneração da servidora do referido cargo.

15. Desse modo, considere-se cumprido pela Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV os itens III-c.1 e III-c.2 da Decisão nº 3016/2021.

**Do Item IV da Decisão nº 3016/2021**

16. O item IV da Decisão nº 3016/2021 determinou à Administração Regional do

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade****TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

Sudoeste/Octogonal – RA XXII “que, em relação à servidora Josiane Maria Coelho de Freitas, nomeada para o cargo de Coordenadora de Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, acompanhe o trâmite da Ação de Improbidade Administrativa nº 0712307-89.2018.8.07.0018/TJDFT, adotando as medidas cabíveis quando de seu desfecho, o que será objeto de verificação em futura fiscalização”.

17. A jurisdicionada não se manifestou quanto a esse item da decisão supramencionada.

18. Em consulta ao sítio eletrônico do TJDFT, processo 0712307-89.2018.8.07.0018 (Ação de Improbidade Administrativa), verifica-se na fase atual que a servidora Josiane Maria Coelho de Freitas foi chamada em Audiência de Instrução e Julgamento para depor em 22 de março de 2022.

19. Cabe registrar que a servidora ocupou o cargo de Coordenadora da Coordenação de Licenciamento na Administração Regional do Sudoeste/Octogonal – RA XXII no período de janeiro de 2021 a junho de 2021, tendo sido em seguida desligada do cargo, não ocupando atualmente nenhum cargo na Administração do Distrito Federal.

20. Ante o exposto, em que pese o prosseguimento da ação judicial referida, entende-se, quanto ao objeto dos presentes autos, despicienda a continuidade do acompanhamento, à vista da exoneração da servidora, conforme antes consignado.

**Do Item V da Decisão nº 3016/2021**

21. O item V da Decisão nº 3016/2021 determinou à Administração Regional da Fercal – XXXI “que, em relação ao servidor Osvaldo Remigio Pontalti Filho, atual Coordenador da Coordenação Executiva, acompanhe o trâmite da Ação Civil de Improbidade nº 0700246-65.2019.8.07.0018, em andamento no e. TJDFT, adotando as providências legais cabíveis quando de seu desfecho, o que será objeto de verificação em futura auditoria”.

22. Na página eletrônica do TJDFT, consta que o processo 0700246-65.2019.8.07.0018 está concluso para julgamento, pendente, portanto, de sentença terminativa ou resolutive.

23. Isso posto, não se alterando a situação relatada na instrução anterior no que se refere à conclusão da ação judicial mencionada, resta mantida a deliberação plenária, no sentido de que sejam acompanhadas, em futura auditoria, as providências adotadas pela Administração.

**Do Item VI da Decisão nº 3016/2021**

24. O item VI da Decisão nº 3016/2021 determinou que fosse mantido o “sobrestamento da análise da situação dos servidores Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga e Claudinei Ferreira Martins até o deslinde definitivo do Processo nº 10.622/12”.

25. Trata-se da Representação nº 13/2012-CF que teve por objetivo a análise de todos os contornos da aplicação da Lei da Ficha Limpa aos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança no DF, bem assim da recente alteração da legislação eleitoral, com vistas a todos os que tenham o dever de prestar contas ao TCDF, destacando-se, em especial, como se dá a ampla publicidade das decisões condenatórias por irregularidade de contas e inabilitação, bem como para investigar se as condenações impostas pelo Tribunal estão sendo respeitadas, fazendo-se uma apuração rigorosa de todos os que nos últimos oito anos tiveram suas contas julgadas irregulares, por vício grave, insanável e irreversível, ou foram inabilitados.

26. A seguir, destacam-se as decisões recentes a respeito do processo em epígrafe:

[...] omitido

27. No que diz respeito a comissionada Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga, a auditoria detectou que a servidora teve suas contas julgadas irregulares pelo TCDF, conforme Decisão nº 1791/2015 (Processo nº 18.505/11 – período da sanção de 05/05/2015 a





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Publica: \_\_\_\_\_

03/05/2023).

28. Em consulta ao Processo 12.836/2016, que trata do pedido de emissão de certidão de regularidade de contas da Sra. Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga, a Assessoria Técnica e de Estudos Especiais do TCDF, em verificação ao sistema processual da Corte, identificou 12 (doze) processos em que a interessada aparece como responsável.

29. Dos 12 processos listados na Informação nº 009/2016 (e-DOC A3750FCB), a ATE verificou que 6 processos tiveram suas contas julgadas regulares, 3 processos foram julgados regulares com ressalvas, sem imputação de multa ou débito.

30. Quanto ao Processo nº 25.050/2014, a Corte não julgou as contas em virtude da ausência de atos de gestão no Fundo de Apoio ao Programa Permanente de Alfabetização e Educação – FUNALFA no exercício de 2013.

31. O Processo nº 25041/2014, naquela ocasião, ainda não tinha decisão de mérito.

32. Por fim, no bojo do Processo nº 18.505/2011, a servidora Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga teve suas contas julgadas irregulares por meio do Acórdão nº 193/2015. No entanto, não houve a imputação de débito, tão somente a aplicação de multa.

33. Subsequentemente, mediante o Acórdão nº 07/2016, a Corte deu quitação em vista do pagamento da penalidade imposta (e-DOC 7F030BD8).

34. Na sequência, verificou-se no bojo do Processo nº 25041/2014 (Tomada de Contas Anual dos gestores da Secretaria de Estado de Educação do DF), a Decisão nº 3367/2018 (e-DOC 1B197DF8) que considerou as contas da servidora em destaque regulares, com ressalvas, e a considerando quite com o erário distrital no tocante ao objeto da TCA em exame.

35. Há que se trazer à baila, quanto à situação da servidora em questão, as razões de decidir aduzidas no voto condutor da Decisão 140/2021, verbis:

[...] omitido

36. A discussão de fundo, pois, já se fez superada, sendo certo que se aguardava, à época, tão-somente o julgamento meritório do recurso interposto pelo MPjTCDF, que restou improvido nos termos da Decisão 3466/2021, acima reproduzida.

37. Isso posto, pode-se considerar regular a situação da servidora em relação ao erário distrital, deixando de subsistir vedação a nomeação para a ocupação de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.

38. No que tange ao servidor Claudeci Ferreira Martins, nomeado para o cargo de Chefe de Gabinete da Administração Regional de Samambaia em 2018, a auditoria identificou no sítio eletrônico do TCU, processo TC 025.857/2014-2 que o referido servidor, na ocasião, Presidente do Instituto Arte, Cía e Cidadania (IACC), teve as contas julgadas irregulares em razão de irregularidade na execução do Convênio Siconv 704200/2009, celebrado entre a mencionada associação e o Ministério do Turismo.

39. Em razão da condenação foi-lhe imputado, solidariamente, com a citada Associação, o pagamento de quantia especificada no Acórdão Nº 10631/2015 – TCU – 2ª Câmara a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional. Além disso, coube-lhe, ainda, o recolhimento de multa prevista no Regimento Interno do TCU.

40. O caso em tela se submete ao entendimento expresso pelo voto condutor da Decisão 140/2021, no ponto que reconhece, em relação à primeira indagação do MPjTCDF, que decisão de outro Tribunal de Contas não impede a nomeação para cargo em comissão ou a designação para função de confiança no Distrito Federal, a menos que haja pronunciamento do Poder Judiciário enquadrando a irregularidade como causa de inelegibilidade, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado.

41. Desse modo, cabe ressaltar que o servidor Claudeci Ferreira Martins é



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

*servidor de carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, ocupou o cargo de Chefe de Gabinete na Administração Regional de Samambaia, no período de 18/06/2018 a 31/12/2018 e, atualmente, ele não ocupa nenhum cargo em comissão da administração pública distrital.*

*42. No entanto, com supedâneo no entendimento do mencionado voto condutor da Decisão nº 140/2021, não se vislumbra óbice à indicação do citado servidor para cargo em comissão ou para função de confiança no Distrito Federal.”*

E sugere, assim, ao eg. Plenário:

*“I) tomar conhecimento da instrução, bem como dos Ofícios Nº 1281/2021 – RA-TAG/GAB (e-DOC A59693CA), 1461/2021- RA – REC/GAB (e-DOC 843ABB93), bem assim dos demais elementos constantes das peças 270/275 e 290/296;*

*II) ter por cumpridos os itens III-a, III-b e III-c da Decisão nº 3016/2021;*

*III) levantar o sobrestamento a que se reporta o item VI da Decisão 3016/2021, tendo em conta o deslinde do Processo 10622/2012, considerando afastados os impedimentos mencionados nestes autos para a ocupação de cargo ou função comissionada pelos servidores Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga e Claudeci Ferreira Martins, haja vista as razões expostas no voto condutor da Decisão 140/2021;*

*IV) autorizar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.”*

É o relatório.

## **VOTO**

Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade realizada nas Administrações Regionais do Distrito Federal – Ras, em cumprimento à Decisão nº 1.226/18, com a finalidade de verificar a legalidade e a regularidade dos procedimentos levados a efeito nos processos de nomeação para os cargos comissionados ou de designação para as funções de confiança dos servidores nelas lotados, além de outras demandas pendentes de averiguação afetas a esses órgãos.

Na última assentada, o Tribunal, por meio da Decisão nº 3.016/21 (peça 256), deliberou por:

*“I – tomar conhecimento da instrução (peças 253 e 254), bem como das peças 222/252, em especial dos Ofícios nºs 10/2021-RA-GAMA/COAG/GEPEs (eDOC 8C1246CD), 39/2021-RA-PAR/GAB/ASTEC (e-DOC DE13742F), 156/2021-RACRUZ/GAB (e-DOC C913B175), 234/2021-RA-CAN/GAB (e-DOC DA089B23) e 187/2021-RA-AC/GAB/ASTEC (e-DOC CB84E4A7); II – ter por cumpridas as diligências determinadas nos itens II, IV, VI e VIII a XI da Decisão nº 140/21 às Administrações Regionais do Gama, Paranoá, Cruzeiro, Candangolândia, Águas Claras, Park Way e Vicente Pires, respectivamente; III – reiterar às Administrações Regionais de Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Recanto das Emas, para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, os itens III, V e VII da Decisão nº 140/21, a seguir reproduzidos, alertando seus titulares de que o não cumprimento tempestivo das deliberações desta Corte ensejará ao responsável a aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da LC 1/94: a) determinar a*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade****TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

*Administração Regional de Taguatinga – RA III que, em relação ao servidor Alailson Vaz Andrade, nomeado para o cargo de Chefe do Núcleo de Informática, faça constar da pasta funcional do servidor a documentação que comprove a experiência exigida na área, conforme previsto no Anexo II do Decreto nº 38.094/17, alterado pelo Decreto nº 39.467/18; b) determinar à Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA VIII que: b.1) em relação ao servidor Genivaldo José Dias, nomeado para o cargo de Chefe da Assessoria de Planejamento, faça constar a documentação que comprove a experiência exigida na área, conforme previsto no Anexo II do Decreto nº 38.094/17, alterado pelo Decreto nº 39.467/18; b.2) em relação ao servidor Marcos de Oliveira Braga, nomeado para o cargo de Assessor Técnico da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, adote as providências que entender pertinentes, tendo em conta o trânsito em julgado do Processo nº 20130111230059/ TJDF; c) determinar à Administração Regional do Recanto das Emas – RA XV que: c.1) em relação à servidora Antônia Araújo da Silva, nomeada para o cargo de Chefe da Assessoria de Planejamento, faça constar da pasta funcional a Declaração sobre a Súmula Vinculante nº 13 do STF (vedação ao nepotismo), bem como a Declaração de Inexistência de Causa de Inelegibilidade e Impedimento devidamente assinadas; c.2) em relação à servidora Iraneide Alves Beserra, nomeada para o cargo de Coordenador da Coordenação de Administração Geral, faça constar a documentação que comprove a experiência exigida na área, conforme previsto no Anexo II do Decreto nº 38.094/17, alterado pelo Decreto nº 39.467/18; IV – determinar à Administração Regional do Sudoeste/Octogonal – RA XXII que, em relação à servidora Josiane Maria Coelho de Freitas, nomeada para o cargo de Coordenadora da Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, acompanhe o trâmite da Ação de Improbidade Administrativa nº 0712307-89.2018.8.07.0018/TJDF, adotando as medidas cabíveis quando de seu desfecho, o que será objeto de verificação em futura fiscalização; V – determinar à Administração Regional da Fercal – RA XXXI que, em relação ao servidor Osvaldo Remigio Pontalti Filho, atual Coordenador da Coordenação Executiva, acompanhe o trâmite da Ação Civil de Improbidade nº 0700246-65.2019.8.07.0018, em andamento no e. TJDF, adotando as providências legais cabíveis quando de seu desfecho, o que será objeto de verificação em futura auditoria; VI – manter o sobrestamento da análise da situação dos servidores Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga e Claudeci Ferreira Martins até o deslinde definitivo do Processo nº 10.622/12; VII – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCDF – Sefipe, para as providências pertinentes.”*

Ao analisar o cumprimento das diligências determinadas na citada decisão, a Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe (peças 298 e 299), depois de avaliar os esclarecimentos e os documentos encaminhados pelas RAs e pesquisar informações sobre os interessados apontados nessa decisão, concluiu o seguinte:

a) em relação aos itens III.a, III.b e III.c da Decisão nº 3.016/21: as diligências determinadas podem ser consideradas cumpridas, considerando, respectivamente, que: 1- a RA III informou que a documentação que comprova a experiência exigida na área foi juntada à pasta funcional do servidor; 2- embora a RA VIII nada tenha falado a respeito, foi verificado que o Sr. Genivaldo José Dias fora desligado do cargo de Chefe da Assessoria de Planejamento da RA VIII, em 12.11.20, e que o Processo nº 20130111230059/TJDF foi decidido favoravelmente ao servidor Marcos de Oliveira Braga, tendo sido extinta sua punibilidade, tendo-se como regular sua nomeação; e 3- a RA XV enviou a documentação exigida das servidoras Antônia Araújo da Silva e Iraneide Alves Beserra, juntando-a às pastas funcionais delas;

b) quanto ao item IV: inobstante o último andamento do Processo nº 0712307- 89.2018.8.07.0018/TJDF tenha sido no sentido de que a Sra. Josiane Maria Coelho de Freitas foi chamada em Audiência de Instrução e Julgamento para depor em 22.03.22, não se faz necessária verificação da situação dessa senhora em futura fiscalização, considerando que ela ocupou o cargo comissionado na RA XXII de



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

janeiro a junho de 2021, e já foi desligada, não ocupando mais cargo no GDF;

c) item V: o último andamento do Processo nº 0712307-89.2018.8.07.0018/TJDFT, de interesse do Sr. Osvaldo Remigio Pontalti Filho, foi no sentido de que se encontra concluso para julgamento, nada cabendo a fazer neste momento;

d) item VI: deve ser levantado o sobrestamento determinado, em razão do deslinde do Processo TCDF nº 10.622/12, e podem ser tidas como regulares as situações dos servidores Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga e Claudeci Ferreira Martins, não havendo óbice para que ocupem cargos comissionados no GDF, considerando o disposto nos votos acolhidos pelo Tribunal, condutores da Decisão nº 140/21 (presente feito) e das Decisões nºs 4.498/20 e 3.466/21 (Processo nº 10.622/12).

Com isso, a Unidade Técnica sugeriu ao Tribunal:

*“I) tomar conhecimento da instrução, bem como dos Ofícios Nº 1281/2021 – RA-TAG/GAB (e-DOC A59693CA), 1461/2021- RA – REC/GAB (e-DOC 843ABB93), bem assim dos demais elementos constantes das peças 270/275 e 290/296;*

*II) ter por cumpridos os itens III-a, III-b e III-c da Decisão nº 3016/2021;*

*III) levantar o sobrestamento a que se reporta o item VI da Decisão 3016/2021, tendo em conta o deslinde do Processo 10622/2012, considerando afastados os impedimentos mencionados nestes autos para a ocupação de cargo ou função comissionada pelos servidores Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga e Claudeci Ferreira Martins, haja vista as razões expostas no voto condutor da Decisão 140/2021;*

*IV) autorizar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.”*

Adiro à consistente análise realizada pela Unidade Instrutiva, adotando-a como razões de decidir, e acolho as sugestões efetuadas, sem embargo de promover alguns ajustes pontuais que julgo pertinentes.

No que se refere à análise do cumprimento da diligência ordenada no item III.a da Decisão nº 3.016/21, entendo que se faz necessário um pequeno adendo, para verificar o atendimento do item em futura fiscalização, uma vez que a jurisdicionada apenas informou que a documentação exigida foi acostada à pasta funcional do servidor, não a encaminhando ao Tribunal para averiguação.

Relativamente ao item IV da mesma decisão, penso que cabe outro adendo, para, expressamente, dispensar de ver, em futura fiscalização, o caso da servidora Josiane Maria Coelho de Freitas, pelos motivos apresentados pelo Corpo Técnico.

Assim, diante de todo o exposto, acompanhando os termos da instrução, com pequenos ajustes, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento da instrução de peças 298 e 299, bem como dos Ofícios nºs 1281/2021–RA-TAG/GAB (e-DOC A59693CA) e 1461/2021–RA-REC/GAB (e-DOC 843ABB93) e os demais documentos encaminhados pelas jurisdicionadas, juntados às peças 270/275 e 290/296;

II – tenha por cumpridos os itens III-a, III-b e III-c da Decisão nº 3.016/21;





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade**

**TCDF - GCMA**

Folha:

Processo:

Rubrica: \_\_\_\_\_

III – determine à Secretaria de Fiscalização de Pessoal/TCDF – SEFIPE que verifique, em futura fiscalização na Administração Regional de Taguatinga – RA III, se a documentação juntada à pasta funcional do servidor Alailson Vaz Andrade, em atendimento ao item III.a da Decisão nº 3.016/21, nomeado para o cargo de Chefe do Núcleo de Informática, comprova a sua experiência exigida na área;

IV – dispense de verificação em futura fiscalização na Administração Regional do Sudoeste/Octogonal – RA XXII a situação da Sra. Josiane Maria Coelho de Freitas, tratada no item IV da Decisão nº 3.016/21;

V – levante o sobrestamento a que se reporta o item VI da Decisão 3.016/21, tendo em conta o deslinde do Processo nº 10.622/12, considerando afastados os impedimentos mencionados nestes autos para a ocupação de cargo ou função comissionada pelos servidores Adalberto Mesquita da Fonseca Gonzaga e Claudeci Ferreira Martins, em face das disposições contidas nos votos acolhidos pelo Tribunal, condutores da Decisão nº 140/21 (presente feito) e das Decisões nºs 4.498/20 e 3.466/21 (Processo nº 10.622/12);

VI – autorize o arquivamento destes autos.

Brasília, em 6 de abril de 2022.

**MANOEL DE ANDRADE**

**Relator**